

VIAGENS DE IDA E VOLTA: A migração de camponesas pobres na Argentina

Cristina Biaggi*

(Traduzido do espanhol por Sidney Silva)

A história de Rita

Foi no decorrer dos primeiros dias do mês de março de 1996 que Rita faleceu.

Conheci Rita há aproximadamente nove anos e sempre recordo desse dia. Foi na cidade, durante um encontro de camponeses. Nosso primeiro encontro deu-se enquanto, sentadas na galeria de uma escola, aguardávamos a hora do almoço, e a conversa girou em torno dos filhos. Ela viera do campo para obter informações acerca de Chuca, seu esposo, que estava preso por defender seu direito, e o de muitos outros, de trabalhar e viver na terra de seus pais.

Houve um momento, naquele dia, que souu como uma surpresa. Foi quando, durante uma conversa, percebemos que Rita se expressava em inglês. Conhecendo a região donde ela provinha, lugar que apenas neste ano passara a contar com escola, além do que sequer eletricidade havia para se poder pensar num televisor, o assombro aguçou nossa curiosidade.

Ela contou-nos, então, sua pequena história de migrante como empregada doméstica em Buenos Aires. Trabalhara na casa de um funcionário de um banco internacional, o qual, ao ser transferido para Washington, solicitou a Rita que o acompanhasse, a ele e sua família, para seu novo lugar de destino. Passado um tempo, regressaram todos para a Argentina, ocasião em que Rita veio a se casar com Chuca. Seu patrão ofereceu trabalho para ambos, mas eles recusaram e decidiram abandonar sua

vida de camponeses-migrantes para voltarem a trabalhar na terra em que haviam nascido.

Regressaram e comprometeram-se, cada um de acordo com suas possibilidades, a lutar pela terra, além de buscarem, com grande desejo, ter filhos. Quando Rita morreu tinha com Chuca três filhos: dois adotivos e uma menininha legítima de um ano e meio, presente dado pela natureza após os 40 anos de idade. Sua morte foi resultado de uma série de circunstâncias, todas relacionadas com a situação de pobreza vivenciada pela maioria dos camponeses do norte da Argentina.

Uma Migração marcada pelo gênero

A história de Rita, a de uma mulher jovem que migra e decide retornar, é a história de muitas outras camponesas que nasceram na zona rural de Santiago del Estero.

Esta província, localizada no noroeste argentino, caracteriza-se historicamente por ser uma região expulsora de população. Desde o início do século XIX, quer por razões de ordem ecológica, quer em virtude do modelo de desenvolvimento que se foi impondo a partir da hegemonia de Buenos Aires sobre o país, seus excedentes populacionais passaram a migrar definitivamente ou temporariamente. Ainda que, como consequência das políticas econômi-

cas implementadas no país a partir dos anos setenta, a expulsão de população tenha diminuído nas duas últimas décadas, e que seu destino final tenha deixado de ser exclusivamente Buenos Aires, atualmente a emigração de jovens da área rural continua sendo vista como a única opção possível para numerosas famílias.

A migração dos pobres do campo para as cidades ocorre no âmbito de uma sociedade na qual a oposição rural/urbano vem associada ao binômio pobreza/riqueza, ainda hoje, com o índice de desemprego historicamente mais elevado nas principais capitais do país. Para os camponeses expostos a contínuos riscos em suas atividades produtivas, tanto por razões climáticas como por oscilações das políticas agrícolas, o salário mensal urbano representa o ingresso na sociedade. A ausência do dinheiro aparece para estas pessoas como a causa de sua exclusão social.

No âmbito do processo migratório, as dificuldades são distintas seja para um camponês ou uma camponesa que deixam a terra e sua família para buscar trabalho nas áreas urbanas. Além das diferenças biológicas, o que distingue as migrações femininas e masculinas são as desigualdades existentes entre os gêneros em nossa sociedade. O gênero é o que distingue as mulheres dos homens em termos de papéis e atividades que desempenham, e toda sociedade e cultura tem expressões diversas do gênero de acordo com os padrões de relações sociais existentes. Portanto, o gênero é um conceito relacional e isto significa que os papéis sociais masculino e

feminino não existem isoladamente: um é construído na relação com o outro. Ademais, a concepção a partir do gênero existente em nossa sociedade, considera que não são de igualdade as relações entre homens e mulheres: são relações de poder e hierarquia dos homens em relação às mulheres.

Portanto, ao analisar a migração camponesa feminina é necessário considerar que:

- A mulher pobre que busca o mercado de trabalho urbano está, por seu caráter biológico de reprodutora, mais exposta e fragilizada diante do novo contexto. Os conhecimentos que traz do meio rural sobre a sexualidade não são suficientes para enfrentar a sociedade urbana, e aqueles vinculados com a maternidade são alheios aos existentes na cidade. O fato de ter um filho a expõe, em geral e muito mais

quando não vive com um companheiro, a situações de maior desvalorização de sua condição de mulher.

- Se ser pobre determina os que deixam tudo e saem em busca de trabalho longe do lugar de origem, ser mulher agudiza a condição de migrante. Se bem que a subordinação é marca comum à mulher do meio rural e a do urbano, como as relações entre os gêneros variam segundo as sociedades, os mecanismos de submissão ante os quais as camponesas se defrontam na cidade são desconhecidos.

Em décadas passadas houve para as mulheres pobres do meio rural possibilidades no mercado de trabalho urbano dentro do setor industrial, hoje só existe como opção o emprego doméstico. Isso determina ainda mais a condição de subordinação da migração feminina, porque, além de realizar um trabalho desvalorizado social-

mente, via de regra vivem na casa em que trabalham e perdem com isso seu espaço de liberdade.

Quando a mulher exerce atividades agropecuárias não relacionadas com o autoconsumo, realiza, por diferentes razões, um trabalho duplamente desvalorizado. Isto é assim porque o trabalho agrícola é menos valorizado em relação a outras tarefas produtivas e, a partir da perspectiva de gênero, dentro da divisão do trabalho por sexo nas sociedades capitalistas as ocupações que requerem força física são consideradas como masculinas.

Em geral, quando a produção familiar obtém maiores êxitos econômicos, as mulheres deixam as atividades agropecuárias para dedicar-se unicamente às de autoconsumo consideradas como uma extensão de suas responsabilidades reprodutivas. Por sua vez, as atividades

Foto: Cristina Biaggi



domésticas femininas nas áreas rurais são mais árduas (prover a água ou buscar a lenha para cozinhar, por exemplo) em comparação com as efetuadas no meio urbano. Portanto, as mulheres pobres ao migrar buscam desenvolver atividades consideradas como femininas e em condições mais favoráveis, além da necessidade de conhecer o mundo existente para além dos limites da comunidade rural.

Galgar uma melhor educação formal aparece para muitas jovens como outro objetivo para sair do âmbito familiar. Na Argentina, a situação das mulheres é mais desfavorável que a dos homens no que diz respeito à frequência escolar bem como aos níveis de educação alcançados. Isto se acentua na províncias com maior porcentagem de população rural - Santiago del Estero, Misiones, Formosa, Chaco, Catamarca, Corrientes -, onde é maior o número de mulheres que nunca frequentaram a escola. A educação formal aparece, então, dentro do imaginário feminino, como um instrumento eficaz para ascender socialmente e atenuar sua condição de subordinação. Quando a mãe não conseguiu um certo nível de educação, tentará fazer com que a filha o alcance e, para tanto, a estimulará a migrar para que estude.

Todavia, a migração rural não se caracteriza como uma decisão individual mas é produto de uma estratégia para a reprodução deste tipo de produção. Em um determinado momento do ciclo familiar, as famílias rurais pobres necessitam expulsar alguns de seus membros como forma de manter o equilíbrio de sua economia doméstica. Por isso, em muitos casos, não existe a possibilidade de escolha entre permanecer no lugar ou migrar, e o medo que significa para estas mulheres jovens deixar a pequena comunidade se mescla com o entusiasmo de poder conhecer tudo aquilo a que não têm acesso, de poder ajudar economicamente a família ou de conseguir estudar e modificar sua situação. E ao chegar na cidade buscam integrar-se nos espaços que outras mulheres e homens construíram ao chegar no meio urbano para reproduzir, como o fazem outros migrantes, os laços solidários e os códigos sociais compartilhados no mundo rural e tudo aquilo que possibilita atenuar a saudade.

A história das companheiras de Rita

Em geral, todas as mulheres camponesas pobres de Santiago del Estero possuem em sua história de vida uma passagem por uma grande cidade. Segundo as redes familiares, algumas fazem antes uma primeira experiência na capital provincial para, mais adiante, migrar para centros urbanos de maior importância. Para muitas, esta tem sido a única oportunidade para tomar conhecimento do que a sociedade em que se inserem, ou da qual participam parcialmente, lhes oferece. O modo como regressaram ao campo varia segundo as particularidades de suas histórias: regressaram para um carnaval e casaram-se com o ex-noivo; os pais ficaram sozinhos e velhos e alguém deveria permanecer com eles para cuidá-los; casaram-se na cidade e decidiram retornar por diferentes motivos.

Enquanto que os relatos dos homens que migraram são compartilhados (acampamentos florestais, turmas para dematamento, contratação para obras), as camponesas distinguem-se por suas histórias individuais principalmente em virtude das características do emprego doméstico. Isso não impede que tenham passado por situações cômicas durante os anos que trabalharam no meio urbano. E, em geral, as tristezas do abandono da segurança da casa dos pais ou da separação do primeiro namorado ou do filho que nasceu quando eram ainda muito jovens e tiveram que abandonar ao partir, são deixadas de lado porque suas filhas também terão que migrar. O desconhecimento da "verdade objetiva" da migração por parte das mulheres mais jovens, somado a um feixe de fantasias sobre as possibilidades que a cidade oferece, constituem elemento imprescindível para que o processo continue se repetindo.

Existem outras histórias de mulheres rurais migrantes em Santiago del Estero. São daquelas camponesas que durante grande parte de suas vidas andaram de uma zona a outra de acordo com a necessidade de mão-de-obra para as colheitas ou para a exploração florestal. Estas mulheres não

possuíam casa, trabalhavam nas atividades agrícolas, ocupavam-se com a comida para o conjunto dos trabalhadores e com o cuidado dos filhos. Atualmente, a modernização da agricultura e a devastação florestal fizeram com que este tipo de migração feminina diminuísse. Os homens são contratados de forma individual ou em pequenos grupos e migram, em média, durante dois meses no ano para colheitas manuais ou para trabalho florestal. Esta é a história de Marta que, enquanto andava por um caminho do Chaco, deu à luz a um de seus dez filhos dentro do caminhão que transportava a todos os trabalhadores e seus pertences de um acampamento florestal a outro.

O retorno para o meio rural pobre

A vida das camponesas significa em relação às mulheres urbanas pobres, piores condições tanto para o trabalho doméstico como para a reprodução da família, especialmente no que concerne à saúde dos filhos. Mas então, por que algumas mulheres migrantes decidem retornar ao meio rural?

As histórias que elas contam são muito diferentes. Incluem as mulheres que vão para a cidade em busca da imagem do lugar onde as oportunidades de uma vida melhor são abundantes e quando as dificuldades são excessivas decidem regressar. Também existem as camponesas, em regiões com elevado índice de migração, que regressam por serem as responsáveis no interior do grupo familiar, para que o patrimônio da família permaneça e que a terra não seja abandonada quando da morte dos pais. Por trás de cada história particular existe o regresso de uma camponesa que decidiu recuperar sua identidade de mulher trabalhadora rural.

Na Argentina, as camponesas constituem um grupo minoritário, em virtude da baixa porcentagem da população rural no país, com uma representação específica do papel feminino e com uma dimensão própria de espaço e tempo, os quais, por seu turno, delimitam as fronteiras entre a vida urbana e rural. Cumprem suas atividades reprodutivas e domésticas no mesmo espaço em que realizam seu trabalho produtivo

gerador de renda para suas famílias, e dividem o tempo entre os papéis que lhe são atribuídos e as tarefas agropecuárias. Sua identidade como trabalhadora às vezes não aparece claramente como produto desta falta de delimitação entre os espaços e os tempos, se bem que é possível quantificar em cada caso o ingresso proveniente da mão-de-obra feminina nas principais fontes de renda.

Para as camponesas, o fato de compartilhar o espaço e o tempo entre as atividades relacionadas a seu gênero e às necessárias para a sobrevivência da família, não as situa no âmbito da contradição que a mulher urbana pobre sofre ao abandonar sua casa e seus filhos para assumir o papel de provedora que a sociedade espera que seja cumprido pelo homem. Por sua posição de classe, ambas necessitam gerar rendas, porém a camponesa consegue fazê-lo sem produzir conflitos pessoais. É em parte, como veremos a seguir, a contradição sofrida pela mulher que sai forçadamente para o mercado de trabalho onde ocorrem uma série de relações de dominação.

A mulher e sua multiatividade na agricultura familiar camponesa

As mulheres que migraram na sua juventude e regressaram ao meio rural pobre, hoje são mães de outros migrantes temporários ou definitivos. Também podem elas mesmas migrar de forma circunstancial ou os esposos saírem para complementar a renda da família em determinados momentos do ano. Isto ocorre porque a multiatividade é uma característica fundamental deste tipo de agricultura e as remessas de dinheiro dos migrantes constituem um componente importante na conformação da economia da família camponesa. A seletividade de quem permanece e de quem migra depende do tipo de atividade do empreendimento agropecuário. Nas culturas agrícolas mais pobres, o tipo de alimentação está relacionado ao poder aquisitivo. Estes padrões de consumo, adquiridos de geração em geração por razões históricas, definem o sistema produtivo destas culturas. Estes cam-

poneses produzem, ainda que em pequenas áreas, excedentes comerciais com o objetivo de obter o dinheiro necessário para a aquisição dos ingredientes básicos da alimentação familiar: açúcar industrializado, erva-mate e farinha de trigo. Para tanto, a migração sazonal ou as remessas dos migrantes definitivos possibilitam os recursos econômicos necessários para fazer frente às necessidades de consumo que só podem ser satisfeitas via circulação mercantil. Para tanto, um elemento tal como é a definição social do que seja uma boa alimentação, influi na lógica, na visão de mundo e no esforço produtivo.

Esta situação também determina que a produção voltada para o mercado, originando dinheiro através da venda, tenha um maior poder simbólico que a produção voltada para o autoconsumo, atividade principal das mulheres. A valorização do dinheiro nas sociedades capitalistas, que permite o acesso a bens industrializados, provoca uma atitude diferente no âmbito da família camponesa em relação à hierarquia das distintas produções existentes. É esta uma das razões pelas quais as mulheres camponesas não valorizam o tempo dedicado ao trabalho em atividades da esfera doméstica de autoconsumo (horta, aves domésticas, cabras, milho), ainda que estas sejam determinantes para a reprodução da família.

Ainda que não seja possível traçar uma distinção entre as mulheres da cidade e do campo, na Argentina foram elas que, nos últimos anos, apresentaram uma crescente participação na concorrência para o mercado de trabalho urbano. Senão vejamos: entre 1980 e 1990, o aumento tem sido entre 10% e 20%, enquanto a participação dos homens manteve-se ou estável ou em declínio. Por isso, pode-se dizer que a força de trabalho ocupada sofreu um processo de feminização, enquanto a subocupada e a desocupada sofreram um processo de masculinização. E isso relaciona-se diretamente ao fato da aceitação, por parte das mulheres, de condições gerais de emprego mais precárias, que por sua vez tem a ver com uma problemática específica de gênero: quando a mulher se submete ao assalariamento o faz em condições de extrema vulnerabilidade - mais ainda quando ela é chefe de família - aceitando qual-

quer emprego que vier pela frente, na expectativa, porém, de que se trata de uma situação passageira, mas que lhe permite a sobrevivência no momento da crise, para em seguida poder abandonar este emprego e voltar para o lar.

Uma das consequências do êxodo da mulher em direção aos mercados de trabalho distantes é o aumento, no meio rural pobre, do número de dependentes em relação à população em idade produtiva, isto porque os filhos dessas mulheres permanecem no local sob os cuidados de uma mulher mais idosa (em geral, a avó). Em síntese, o dinheiro proveniente da saída da mulher camponesa permite apenas a manutenção no meio rural de crianças e idosos, a sobrecarga de trabalho doméstico e reprodutivo da mulher que não possui trabalho fora de casa e a fragilização do lugar diante da presença de um número maior de crianças.

Quando perguntamos a Rita e Chuca, há quase nove anos atrás, porque haviam retornado, eles responderam que a vida no campo era mais digna e onde poderiam ter uma maior autonomia sobre suas vidas. A decisão de retornar para a pobreza do campo em virtude de poder decidir mais livremente e fugir da marginalidade das áreas urbanas pobres, acarreta para estes camponeses um ônus na qualidade de vida, recaindo este mais pesadamente sobre os ombros da mulher.

* Cristina Biaggi é engenheira agrônoma, pesquisadora do CICyT (Consejo de Investigaciones Ciencia e Técnica) da Faculdade de Agronomía e Agroindustria da Universidade Federal de Santiago del Estero.

BIBLIOGRAFIA

- BIAGGI, Cristina
(1996) "La Agricultura Familiar en la Argentina según el Censo Nacional Agropecuario de 1988". Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRRJ/CHS/CPDA.
- CAMPANA, Pilar
(1992) "El Contenido de género en la Investigación en Sistemas de Producción". Serie Materiales Docentes N° 2, Santiago, RIMISP.
- Consejo Nacional de la Mujer - Consejo Nacional de Coordinación
(1994) "Informe Nacional. Situación de la Mujer en la Última Década en la República Argentina". Bs. As.
- MENASCHE, Renata
(1995) *Gênero: que bicho é esse?* DESER. Curitiba.
- ROMANO, Jorge
(1996) "De como chegar a ser gente: Etnicidade e Hierarquia entre migrantes indígenas em Manaus". *Travessia-Revista do Migrante*, n° 24, jan-abr, p. 10.